

## Concepções de gêneros discursivos nas abordagens sociosemióticas

### Conceptions of discursive genres in socio-semiotic approaches

Maria Margarete Fernandes de Sousa<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Ceará  
margarete.ufc@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1521-5816>

Maria das Graças Soares Rodrigues<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
gracasrodrigues@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8295-358X>

**Resumo:** Neste artigo, fazemos uma reflexão teórica sobre as concepções de gênero nas abordagens sociosemióticas. Temos como objetivo mostrar de que forma as concepções vigentes nessas teorias convergem e/ou divergem entre si, o que pode causar confusão e incompreensão por parte de usuários menos experientes e de professores do ensino básico quanto à terminologia e à própria conceituação. Seguimos os pressupostos teóricos dos autores reconhecidos como representativos das diferentes abordagens, como Halliday e Hasan, Estrutura Potencial Genérica; Martin, Teleológica; Fowler *at al*, Linguística Crítica; Kress, Discursivo-Semiótica; e Fairclough, Análise Crítica do Discurso. Após revisão teórica, analisamos os pontos exponenciais acerca das concepções de gênero focalizadas nessas abordagens e constatamos que há pontos comuns e conflitantes entre elas que podem levar a incompreensões e a dificuldades quanto ao que entendem por gêneros discursivos. Contudo, concluímos que é pouco provável se chegar a uma concepção consensual em virtude da própria natureza do objeto.

**Palavras-chave:** revisão; concepções de gêneros; abordagens sociosemióticas.

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Abstract:** In this article, we make a theoretical reflection on the conceptions of gender in the socio-demographic approaches. We aim to show how current conceptions in these theories converge and/or diverge among themselves, which can cause confusion and incomprehension on the part of less experienced users and teachers of basic education in terms of terminology and the concept itself. We follow the theoretical assumptions of authors recognized as representative of different approaches, such as Halliday and Hasan, in Generic Potential Structure; Martin, in the Teleological; Fowler *at al*, in Critical Linguistics; Kress, in Discursive-Semiotics; and Fairclough in Critical Discourse Analysis. After a theoretical review, we analyzed the exponential points about gender conceptions focused on these approaches and found that there are common and conflicting points between them, which can lead to misunderstandings and difficulties regarding what they mean by discursive genres. However, we conclude that it is unlikely to arrive at a consensual conception due to the very nature of the object.

**Key-Words:** review; conceptions of genres; socio-semiotic approaches.

## Introdução

Em nossa pesquisa de Pós-Doutorado, fizemos um levantamento nas diferentes abordagens de gênero, tais como, Estrutura Potencial Genérica (EPG), Teleológica, Linguística Crítica (LC), Discursivo-Semiótica e Análise Crítica, sobre as concepções de gêneros que elas adotam. Neste artigo, analisamos convergências e divergências de opiniões de autores das abordagens sociosemióticas, que desembocam em critérios de definição de gênero, com objetivo de compreender dificuldades que ainda persistem no meio escolar e acadêmico quanto à compreensão do significado e papel do gênero na vida social. Assim, pretendemos sugerir um caminho mais acessível para os diversos segmentos que lidam com o estudo do gênero, como usuários em geral, professores e alunos de diferentes níveis de ensino.

Neste artigo, ainda, apresentamos algumas (as mais recorrentes) abordagens sociosemióticas de gênero, com objetivo de discutir, analisar, pontos de vista de autores representativos das vertentes teóricas que se agregam a essa abordagem: como Halliday e Hasan na Estrutura Potencial Genérica (EPG); Martin, na Teleológica; Fowler *at al*, na Linguística Crítica (LC), Kress, na Discursivo-Semiótica (DS); e Fairclough, na Análise Crítica do Discurso (ACD), para, em seguida, comparar as diferentes concepções de gênero que defendem com o propósito de torná-las mais compreensíveis aos usuários.

Nesse contexto, inicialmente, fazemos a exposição e comentários sobre cada uma das abordagens mencionadas, ao mesmo tempo em que apresentamos contrapontos entre elas, para evidenciarmos convergências e divergências que podem, de alguma forma, esclarecer o que concebem por gênero. Depois, apresentamos nossas conclusões a respeito, com a intenção de situar as concepções de gênero de forma coerente e compreensível aos usuários.

## Discutindo as abordagens sociosemióticas

Após leituras e reflexões sobre essas abordagens teóricas, observamos que a noção de gênero, propriamente dita, não é tão flutuante quanto o é a terminologia usada para sua referência. Por essa ra-

zão, direcionamos nossa atenção para os dois aspectos: conceitos e terminologias. Entendemos que se referir a gênero textual ou de texto, gênero discursivo ou do discurso ultrapassa o nível terminológico.

Apresentamos, a seguir, de forma breve, cada uma das abordagens mencionadas na Introdução. Antes, porém, faz-se necessário esclarecer que os autores exponenciais dessas abordagens, bem como as suas ideias basilares, encontram abrigo nos postulados de Bakhtin (2011) que apresentam a ideia de gênero alicerçada em três pilares: conteúdo (temático), estilo verbal e construção composicional.

Para Bakhtin (2011), o conteúdo temático contempla aspectos inerentes aos sujeitos que participam diretamente da enunciação nas práticas sociodiscursivas. O estilo é voltado para a individualidade, subjetividade, do sujeito e para as práticas de linguagem das quais a coletividade participa, o que lhe garante relativa estabilidade (estilos de gênero). Por fim, a construção composicional, a respeito da qual reporta(m)-se Bakhtin (2011, p. 282): “falamos através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*”.

## A estrutura potencial do gênero – EPG

Para tratar dessa abordagem, faz-se necessária uma apresentação, mesmo que breve, sobre a teoria sistêmica funcional, cujos expoentes maiores são Halliday e Hasan (1989), notadamente com a obra *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*.

Reconhecem os autores que “linguagem em uma perspectiva social-semiótica caracteriza muitas abordagens que seguem a esteira de seus estudos” (Halliday e Hasan, 1989, p. 9), que lhes confere lugar privilegiado nesse contexto. Acrescentam, ainda, que o termo semiótica social pode ser entendido de dois sentidos: ideologia em geral; e como posição intelectual, tendo como foco o sujeito.

Halliday (2004, p. 10, tradução própria/livre), em *Introduction to Functional Grammar*, propõe uma acepção de função que não se refere apenas a um uso particular da linguagem, mas a uma linguagem descritora que estuda a linguagem: “[...] (i) como texto e como sistema, (ii) como som, como escrita e formulação, (iii) como estrutura — configurações de partes (iv) como recursos — escolhas entre alternativas”<sup>3</sup>.

Seguindo a esteira bakhtiniana, para quem os gêneros definem-se em termos de conteúdo temático, estilo e estrutura composicional, Halliday (2004) defende que a estrutura é o aspecto composicional da linguagem e, por isso mesmo, hierarquizada. Contudo, apesar de fundamental, o linguista entende que o sistema do qual essa estrutura veio é o que, de fato, define a linguagem. Isto quer dizer que uma dada estrutura é uma manifestação de escolhas sistêmicas que a precedem. Essas escolhas, esclarece, não são conscientes, mas nos permitem perceber que:

[...] quando analisamos um texto, mostramos a organização funcional de sua estrutura; e mostramos que escolhas significativas foram feitas, cada uma vista no contexto do que poderia ter sido significado, mas não foi” (Halliday, 2004, p. 15, tradução própria/livre)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> “[...] (i) as text and as system, (ii) as sound, as writing and as wording, (iii) as structure — configurations of parts and (iv) as resource — choices among alternatives”. (Halliday, 2004, p. 10)

<sup>4</sup> “[...]when we analyse a text, we show the functional organization of its structure; and we show what meaningful choices have been made, each one seen in the context of what might have been meant but was not”(Halliday, 2004, p. 15).

Halliday (2004), na mesma obra, constata, então, que essas relações no plano do conteúdo, conteúdo temático para Bakhtin (2011), têm base social. Faz-se necessário, portanto, estabelecer uma correspondência entre elas e essa instância. Para isso, a linguagem deve ser estudada em seu interior (léxico-gramática) e exterior (semântica)<sup>5</sup>. O linguista vai além e defende, em seguida, que a estratificação encontrada no plano do conteúdo, também é encontrada no da expressão. Esses dois planos são, nos seus termos, “realizados” (ligados) pelo indivíduo. Essa ideia é desenvolvida, em parte, no que o autor chama de metafunções.

É preciso, antes de analisar mais detidamente as metafunções propostas pelo autor para análise das relações exteriores à linguagem, discutir acerca da distinção que ele julgou necessária se fazer entre as instâncias do sistema. De acordo com Halliday (2004), o sistema, que é potencial de significação, é diferente da sua manifestação, o texto. Entretanto, os dois não podem ser estudados separadamente, assim como o tempo e o clima, pois “[...] eles parecem ser o mesmo fenômeno visto de diferentes pontos de vista do observador” (Halliday, 2004, p. 15, tradução própria/livre).<sup>6</sup>

Halliday (2004) defende que, entre o sistema (língua) e o texto, existem padrões intermediários de estudo, cuja importância resvala na possibilidade que se abre para uma análise comparativa [entre textos]. Esses padrões, quando comuns a todos os textos, indicariam que estamos próximos da instância do sistema.

Nessa esteira, devemos considerar a associação que Hasan (1999), citada por Motta-Roth e Herbele (2005, p. 12), imprime aos conceitos de gênero e estrutura potencial genérica com sua concepção de linguagem, ancorada em Halliday e Hasan (1989), a qual é vista “como um sistema de significações que medeia a existência humana”. Essa percepção de Hasan (1999) sustenta-se na ideia de que certos princípios, como o de coerência, estão subjacentes às sociedades, que orientam a seleção e a organização dos significados que são importantes para a comunidade. Além disso, esses princípios são expressos por padrões de uso da linguagem. Ou seja, as relações sociais influenciam os padrões de seleção quanto ao que é dito, ao quando (é dito) e ao como (é dito). Essas condições (características) atendem à condição social, como preconiza Bernstein (1990 *in* Hasan, 1999), mas também, atende às culturais, que, no nosso entendimento, são igualmente influentes na determinação dos usos da linguagem. O contexto cultural, entendemos, não deve ser dissociado do social e nem o social do cultural, especialmente, para a caracterização dos usos da linguagem. O texto a seguir o demonstra.

Nesse texto, anúncio da marca Havaianas, o anunciante vale-se de um evento, um acontecimento social, amigo secreto, comum em nosso país, principalmente, por ocasião do período natalino, para compor a mensagem que pretendem divulgar e, com ela, persuadir o consumidor. Nesse período, as famílias, os amigos, reúnem-se para confraternizarem-se e, nessa ocasião, costumam trocar presentes.

Além da troca de presentes, o momento fica, particularmente, festivo. No entanto, embora se refira a um acontecimento social, a mensagem do anunciante que as pessoas devem presentear os amigos (com um produto Havaianas), pois “TODO MUNDO GANHA UM PRESENTE QUE TODO MUNDO USA.”, não teria sentido, ou teria sentido parcial, para quem não vivencia a cultura do amigo secreto.

<sup>5</sup> Exterior deve ser entendido, aqui, como o que remete à construção dos sentidos, que extrapolam o nível léxico-gramatical.

<sup>6</sup> “[...] they are the same phenomenon seen from different standpoints of the observer” (Halliday, 2004, p.15).

Figura 01: Anúncio – Amigo secreto Havaianas



Fonte: Havaianas (2019, p. 1).

Diante disso, percebemos a relevância, como faz Hasan (1999), de integrar texto e contexto, termos também já definidos em Bakhtin (2011); entendendo-o como de situação social e cultural. Para ela, a observação do contexto é uma condição essencial para se perceber elementos obrigatórios e opcionais<sup>7</sup> nos gêneros, tendo em mente a análise da configuração [do contexto].

Hasan (1996) define, com base na teoria sociosemiótica hallidayana, os contextos da situação e da cultura. Atribui ao primeiro a responsabilidade pelas motivações para o uso da linguagem, haja vista que a interação, como defendia(m) Bakhtin (2011), entre os participantes é mediada pela linguagem. Ao segundo, a autora atribui ao conjunto de contextos de situação, o que consideramos legítimo, pois resulta de significados vivenciados, compartilhados. Como bem definem Mota-Hoth e Herbele (2005, p. 15), “o contexto da cultura resulta, portanto, da padronização do discurso em termos dos atos retóricos ou atos de fala realizados por meio da linguagem em circunstâncias específicas, com características retóricas recorrentes”.

Para a configuração do conceito de gênero, Hasan (1999) expõe as variáveis para a definição do contexto de situação: campo, relação, modo, que se realizam através de metafunções, propostas por Halliday (2004): ideacional, interpessoal e textual (serão apresentadas mais adiante). Essas três meta-

<sup>7</sup> Acatamos o que a autora concebe por elementos opcionais, porém, como os eventos comunicativos, de uso da linguagem, são contextuais, defendemos que (ess)a opcionalidade rende-se às intenções de uso dos interlocutores. Ou seja, o contexto de uso determina os tipos de elementos constituintes (obrigatoriamente) do gênero.

funções compõem o construto teórico que representa o contexto social como o ambiente social legítimo para as vivências, trocas de significados pelas pessoas, no qual se definem as representações simbólicas das experiências recorrentes em determinada cultura. Com o propósito de discutir as variações contextuais às quais os textos são submetidos em uma propensa situação, Halliday (2004) apresenta o registro como uma categoria funcional da linguagem que se liga às probabilidades de uma determinada estrutura surgir, seja semântica ou léxico-gramatical.

A partir do exposto por Halliday (1978), na mesma obra, fica claro que sua teoria se assenta na semiótica social, termo cunhado por ele no estudo *Language as Social Semiotic*. Nessa teoria, assentam-se as metafunções propostas por Halliday (2004), que contribuem para o entendimento da teoria de linguagem que leva em consideração os modos de expressão e ação social.

A metafunção ideacional, cujo nome se assemelha à sua natureza, compreende a inserção de interpretações do mundo na língua por seus usuários. A metafunção interpessoal envolve a organização da linguagem considerando o indivíduo em um contexto de interação social e as formas de conciliar o mundo interno e o externo a ele. Por último, a metafunção textual, que está mais próxima a uma concretização, produção da mensagem e capacidade de produzi-la e reconhecê-la.

Ponto de vista semelhante ao de Halliday é encontrado em Martin (1985), quando os linguistas discutem acerca do texto e do discurso. A esse respeito, Lopes (2013, p. 57) mostra que, para esses últimos, “[...] discurso é o texto entendido em seu contexto sociocultural, assim, o texto é o discurso compreendido como um processo de linguagem”. Deparamo-nos lá e cá, com a importância do social e com uma lógica que distingue o conteúdo da sua expressão segundo o prisma que se deseja adotar.

Martin (1985) critica a EPG por considerar importante a questão da subjetividade entre os participantes, o que, para ele, não é contemplado na perspectiva de Hasan (1999), que prioriza a representação abstrata. Entendemos que os autores se referem à subjetividade em perspectivas diferentes. Associamos a perspectiva de Martin ao sujeito interlocutor, enquanto a perspectiva de Hasan parece apontar o sujeito social coletivo<sup>8</sup>, digamos assim.

As três variáveis (campo, relação e modo), já mencionadas, em suma, interagem com os elementos opcionais e obrigatórios do gênero configurando uma EPG, logo, reforçando sua concepção de gênero discursivo. O texto a seguir serve de ilustração e, ao mesmo tempo, de confirmação desse ponto de vista.

No tocante à variável *modo*, podemos notar o jogo de sentido e de imagens com a palavra “Verão”, que permite a associação do verão, como uma estação do ano marcada pela temperatura alta, à feitura (ingredientes) da bebida Itaipava, de modo que seja possível o uso da afirmação “Itaipava é feita de Verão” (maiúscula). Não podemos desprezar a ambiguidade (ou dualidade) do termo “verão”, que é apresentado, por um lado, de modo a que nos permite pensar na cerveja perfeita, que supre as necessidades dos consumidores à medida que carrega o “verão” como constituinte e, por isso, é refrescante. De outro, com a modelo “Verão” que é a “imagem” da Itaipava perfeita. Essa ideia é reforçada pela

<sup>8</sup> Entendemos, aqui, sujeito coletivo no sentido de representação de grupo, mesmo que a referência seja individual. Por exemplo: “TODO MUNDO GANHA UM PRESENTE QUE TODO MUNDO USA.”, do anúncio da marca Havaianas, expressa um sujeito social coletivo, “todo mundo”, que aparece no singular, mas aponta para um grupo que participa de amigo secreto, em eventos sociais.

Figura 02: Anúncio – Cerveja Itaipava

The image shows a Facebook post from 'Cerveja Itaipava' dated July 25. The post includes a video of a beer can with the Itaipava logo and a beach scene. The text of the ad says 'Itaipava é feita de Verão. Vamos viver o Verão o ano todo! #EspíritodeVerão #EmVocêÉVerãoOAnoTodo'. The comments section shows several user interactions, including a suggestion to visit the factory and a response from the brand.

Fonte: Itaipava (2019a, p. 1).

injunção<sup>9</sup>, que incita o consumidor a uma ação em “Vamos viver o Verão o ano todo”. Ou seja, o ano todo o consumidor deve beber Itaipava e, com isso, viver o verão! E a Verão! Os recursos visuais, tanto a imagem representativa da página quanto a presença de um vídeo (Itaipava, 2019b), em que o produto ganha vida e interage com o plano de fundo, reforçam a mensagem. Além disso, o anunciante utiliza o hipertexto, representado por hashtags “#Em VocêÉVerãoOAnoTodo”, que “exaltam” o produto que, por sua vez, está no centro da imagem.

Na variável *relações*, é possível destacar que há um representante responsável pela publicação (anunciante), que sugere ao leitor a compra de um de seus produtos e dispõe hiperlinks, ao longo do texto, para redirecioná-lo à página inicial da marca. Além disso, há um outro representante responsável por respostas a comentários de internautas (pessoa que fala em nome do anunciante), funcionando como um contato com os leitores para a solução de problemas relativos aos produtos. Na interação, há sempre um tom respeitoso e amigável: “Olá, Marcelo. Obrigado por seu comentário e sugestão.”. O público pode reagir à publicação e aos comentários com emojis ou emoticons representando emoções (😊). Dessa forma, por se tratar de um público diverso, o tom da resposta tende à neutralização.

No *campo*, como exemplo de um gênero do discurso publicitário, o principal propósito social da publicação é o de vender o produto representado, de modo que, se partirmos da ideia de que a cerveja *Itaipava é feita de Verão*, o anúncio tenta convencer os possíveis consumidores a adquirirem a bebida o ano todo, já que o verão é dado como um componente da cerveja. E combina com o estereótipo de que, no Brasil, é verão o ano todo. Assim, todos os seus elementos contribuem para isso, bem como a riqueza

za visual que chama atenção para a publicação. A forma atenciosa e cuidadosa com que os representantes da marca respondem aos comentários dos possíveis consumidores atua enquanto mecanismo para estabelecer uma imagem que proporcione relações saudáveis e positivas entre os leitores e a empresa.

Ressaltamos, entretanto, que essa configuração não é rígida. Já observamos isso em outros estudos (Lopes, 2013; Sousa, 2018<sup>10</sup>). Hasan (1989 in Motta-Roth; Herbele, 2005, p. 18) já sinalizava para essa situação (possibilidade) apresentando as seguintes considerações:

- 1) Que elementos DEVEM ocorrer em cada exemplar de um determinado gênero? (Elementos obrigatórios)
- 2) Que elementos PODEM ocorrer, embora não precisem estar presentes em cada exemplar de um determinado gênero? (Elementos opcionais)
- 3) Que elementos PODEM OCORRER MAIS DE UMA VEZ ao longo do texto? (Elementos iterativos)
- 4) Que elementos TÊM UMA ORDEM FIXA de ocorrência se comparados a outros elementos?
- 5) Que elementos TÊM UMA ORDEM VARÁVEL de ocorrência se comparados a outros elementos?

Notemos que, dependendo do uso, os elementos podem figurar ou não nos textos dos gêneros discursivos. Acrescentamos, ainda, que essa figuração pode ser obrigatória ou opcional em conformidade com a intenção comunicativo do usuário, como já registramos. Nesse sentido, entendemos com Motta-Roth e Herbele (2005, p. 28) que “gêneros correspondem à linguagem usada em associação a contexto e funções recorrentes na experiência cultural humana”. Acrescentamos em função das nossas experiências (teóricas e práticas) que o conceito de gênero nesta perspectiva abrange o tripé: texto, contextos situacional e cultural que devem atender às variáveis de registro, campo, relação e modo, traços inerentes aos gêneros em geral.

Passemos à perspectiva teleológica de gênero.

## **A perspectiva teleológica**

A perspectiva teleológica de gênero, cujo expoente é Martin (1985), ancora-se em Halliday, para quem a linguagem é um sistema de significados. Todavia, essa noção de sistema não é exclusiva de Halliday; ela se configura em diversos autores, como o próprio Saussure. Defende Martin (1985) que o sistema se estrutura em partes. Assim também define o gênero: um sistema que se define em partes constitutivas. O gênero cumpre finalidades específicas, assim como cada parte também.

Essa perspectiva de gênero, ao nosso ver, apresenta-se de forma [mais]flexível, pois imprime ao gênero um caráter mutável, haja vista tratar-se de um sistema aberto, com possibilidade de diversificação, sujeito às atividades humanas. Essa característica, defendemos, atende apropriadamente ao caráter funcional dos

---

<sup>10</sup> Este aspecto está discutido em artigo no prelo.

gêneros sem lhes ferir as características “textuais” (ou linguísticas). Desse modo, podemos dizer também, sob o aspecto comunicativo, que as atividades humanas são mediadas pelos gêneros que produzem.

Ainda sob essa perspectiva, entendemos que os gêneros migram de uma para outra esfera comunicativa, pois podem passar de uma simples para uma mais complexa ou, ao contrário, de uma mais complexa para uma mais simples. Vejamos.

Uma conversa informal entre aluno e professor, na hora do intervalo de aula, pode passar a complexa, elaborada, se o aluno precisar transformá-la em um e-mail, por exemplo, que requer linguagem escrita, mais cuidada, formal, até, para atender ao contexto situacional de comunicação.

De outra forma, um convite a um colega professor para participar de banca de defesa de tese, feito por e-mail, pode, pelas mesmas razões, passar de complexo a simples se os interlocutores encontrarem-se em determinado ambiente e o convite for reelaborado em conversa informal, que, nesse caso, absorverá as características de conversa, diálogo, próprio da oralidade (língua falada). O posicionamento de Vian Jr. e Lima-Lopes (2005, p. 30) reforça o que expomos.

A perspectiva funcional adotada nesses estudos tem como foco a organização da linguagem e sua relação com o uso e o modo como a linguagem e o contexto social em que é produzida se inter-relacionam, de modo que um realize o outro. Central aqui, portanto, é o conceito de instanciação: a língua traduz elementos do contexto social e é por este retraduzida.

Martin (1985), para quem o gênero forma-se por partes que têm significados, funções próprias, específicas, em sua perspectiva teleológica, adverte que, em certos contextos, pode haver quebra no gênero. Ou seja, há quebra no gênero quando o autor, por qualquer razão, suprime alguma parte (item retórico) do gênero, ocasionando lacuna.

Segundo ele, uma conversa interrompida, por exemplo, em que não ocorra despedida, sinalizando para o fim da interlocução, caracteriza quebra, pois o interlocutor espera o seu encerramento por meio de elementos linguísticos apropriados (até logo, tchau, beijo etc.), indicados, para isso. Nesse caso, Martin (1985) o classifica como gênero incompleto. Para nós, não se trata de gênero incompleto, mas de presença de lacuna em uma das partes discursiva do gênero que, como o próprio Martin defende, tem uma função específica.

Nesse caso, houve uma quebra nessa função, que, no entanto, não descredencia o gênero conversa ou diálogo. Imaginemos uma conversa ao telefone entre pai e filho, em que o filho insiste em algo com que o pai não concorda. O pai pode, bruscamente, interromper a conversa, diálogo, e o filho pode entender que essa é a forma de o pai encerrar a discussão. Nesse caso, entendemos que o gênero está completo, embora, aparentemente, apresente a lacuna da despedida.

A perspectiva teleológica de Martin (1992) propõe ampliações aos conceitos de gênero e registro, em particular, àqueles anteriores à obra de Halliday, que focaliza os contextos cultural e situacional. Segundo Martin (1992), o gênero estrutura-se em estágios, o que atende a sua definição de gênero, pois compreende um processo social, cuja orientação tende a um objetivo – teleológico -, no caso, organizado em estágios e realizado pelo registro.

Martin (1992, p. 505-506) defende que o ponto de partida para a comunicação é o gênero e não

o registro, situações sociais que fazem surgir os gêneros. Diante disso, reforçamos que, nessa perspectiva, o gênero também é o foco da comunicação, ou seja, por ele os interlocutores praticam as diversas e diferentes ações sociais que lhes permitem agir na sociedade e exercer a cidadania.

Diante do exposto, o que muda em relação à concepção de gênero da semiótico-discursiva? Ao nosso ver, muda o foco, que se concentra na situação de comunicação; os contextos social e cultural evidenciados na semiótico-discursiva, cede espaço para a ação, efeitos desses contextos nas instâncias comunicativas; logo, na comunicação, de fato.

## Linguística crítica (LC)

Somente a partir dos anos de 1980 a orientação crítica do discurso fez-se presente nos estudos, nas pesquisas. Segundo Fairclough (1992), que também bebeu na fonte bakhtiniana, a linguística crítica (LC) procura afastar-se e, com isso, distinguir-se da linguística vigente ou geral, na época, centrada nas ideias chomskianas, pois a LC, dentre outros fatores, rejeitou o tratamento dos sistemas linguísticos como autônomos e independentes do uso. A LC tinha/tem como objetivo a interpretação crítica de textos. Conforme Fowler *et al.* (1979, p. 195-196), “a recuperação dos sentidos sociais [são] expressos no discurso pela análise das estruturas linguísticas à luz dos contextos interacionais e sociais mais amplos”. Nesse contexto, mais tarde, insere-se também Kress (1989) já iniciados aqui.

Ikeda (2005) faz uma [breve] retomada da contribuição de Fowler *et al.* (1979) para a linguística crítica. Conforme destaca, o trabalho de Fowler *et al.* apresenta três tópicos que considera importantes: a) o tratamento que ele dá à linguagem [do jornal<sup>11</sup>]; b) a relação entre linguagem e representação; c) a relação entre conversação e consenso.

Fowler *et al.* (1979) criticam o fato de que, na prática, dá-se pouca importância à língua. Por isso, seu objetivo, conforme Ikeda (2005), “é dar à língua a devida importância, não somente como elemento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação” (Ikeda, 2005, p. 48). Isso porque, para Fowler *et al.* (1979), citado por Ikeda, qualquer aspecto da estrutura linguística agrega significação ideológica, princípio ancorado em Bakhtin (1992) quando referiu a natureza social e ideológica da enunciação, seleção lexical, organização sintática, cada um com sua razão de ser, ou seja, cada um representando as escolhas do autor (interlocutor), também usuário da língua. Entendemos, com isso, que os autores defendem uma concepção de língua dinâmica, em uso, para o que defendem a importância da linguagem, no que ela representa, e sua relação com o diálogo ou relação dialógica no dizer de Bakhtin.

É fato que cada modo representa formas diferentes de dizer a mesma coisa. O próprio Bakhtin (1981<sup>12</sup>) já defendia que os enunciados jamais se repetem, com o que concordamos inteiramente, mesmo que sejam proferidos pelo mesmo locutor.

Ainda, como bem informa Ikeda,

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o

<sup>11</sup> Ikeda vale-se do jornal, ou seja, dos gêneros postados no jornal, para explicitar sua concepção de linguagem

<sup>12</sup> A edição primeira da obra do autor data de 1935; a obra consultada é a edição de 1981.

contexto sócio-histórico que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise lingüística. Ela procura, estuando detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer, para o nível da consciência, os padrões de crenças e valores codificados na língua – subjacentes à notícia [gênero – destaque nosso] e invisíveis para quem aceita o discurso como algo “natural”. (Ikeda, 2005, p. 48)

Diante do exposto, destacamos três aspectos fundamentais da LC ou das ideias de Fowler *et al.* (1979) para tecermos considerações sobre o gênero nessa teoria: 1º) o caráter interacional que o autor confere à linguagem e, conseqüentemente, ao discurso; 2º) a concepção de contexto que envolve valores linguísticos, sociais e culturais; 3º) a abordagem crítico-ideológica do discurso considerando a língua no jornal, o que, de certa forma, nos obriga a considerar um tipo de análise vinculada aos gêneros que ali circulam. Cabe um destaque, aqui, a Bakhtin<sup>13</sup> (1981, p. 293), que afirma: “todas as palavras têm o ‘gosto’ de uma profissão, um gênero, uma tendência, uma festa, uma obra em particular, uma pessoa, uma geração, um grupo etário, dia e hora. Cada palavra tem o ‘gosto’ de contexto e contextos em que vive sua vida socialmente”.

Essas considerações podem ser facilmente comprovadas no texto “Itaipava é feita de Verão. Vamos viver o Verão o ano todo!”, anúncio da marca Itaipava, já comentado, em que percebemos a inter-relação entre as diferentes linguagens (língua em uso) para a construção do discurso.

Do exposto, ousamos inferir que, embora a LC não se detenha ou se refira a gêneros discursivos, não os desconsidera, haja vista propor análise discursiva em função e/ou a partir de gêneros, como o que faz Ikeda (2005), ao analisar, com base na teoria, o editorial jornalístico. Daí depreendemos que a LC concentra atenção na análise dos discursos focando em seus elementos constituintes: significação ideológica, seleção lexical, opção de organização sintática coerentes com os contextos social e cultural do gênero a ser analisado. Retomando Fowler *et al.* (1979), cada escolha implica um significado diferente. Por isso, podemos acrescentar que essas diferenças são refletidas já na escolha do gênero.

## **O gênero como um recurso representacional: análise discursivo-semiótica (DS)**

Ao contrário da perspectiva Linguística Crítica (LC), a Discursivo-Semiótica (DS) de Kress (1989) traz definição (clara) de gênero. Para Kress (1989), os gêneros são tipos<sup>14</sup> de texto que apresentam traços característicos e estrutura organizacional que atendem às demandas dos eventos sociais. Além disso, contemplam os propósitos<sup>15</sup> dos atores participantes nos discursos dos referidos eventos, como exemplifica Kress (1989) com as entrevistas, salas de aula, reuniões departamentais, de negócios. Embora os eventos comunicativos não sejam iguais, todos apresentam gêneros, cuja intenção (propósito para Kress) dos atores é estabelecer comunicação, interação,

<sup>13</sup> “All words have the “taste” of a profession, a genre, a tendency, a party, a particular work, a particular person, a generation, an age group, the day and hour. Each word tastes of the context and contexts in which it has lived its socially charged life[...]”. (Bakhtin, 1981, p. 293)

<sup>14</sup> Entendemos que tipos, para o autor, é a diversidade de gêneros discursivos que circulam socialmente.

<sup>15</sup> Para nós, o que o autor denomina de propósitos nós denominamos de intenção, pois entendemos que os propósitos são inerentes aos gêneros, enquanto as intenções são do interlocutor.

para o quê usam gêneros discursivos com traços característicos compatíveis com a situação social e cultural reinante no grupo. Por exemplo: uma reunião de departamento de uma universidade segue, praticamente, os mesmos “rituais”, praticam os mesmos gêneros discursivos; no entanto, pode haver diferenças na forma de produção e recepção dos gêneros entre uma reunião do Departamento de Letras Vernáculas e de Física Nuclear.

A teoria DS de Kress (1989) diferencia-se das demais, além da apresentação da definição de gênero, por extrapolar a análise de aspectos puramente verbais. Nessa teoria, os analistas (pesquisadores) levam em conta, em suas análises, os sistemas de signos usados na construção dos sentidos dos textos. Observemos como isso ocorre no texto a seguir.

Figura 03: Anúncio – O efeito AXE



Fonte: AXE (2013, p. 1).

A análise dos textos sob a ótica da teoria DS considera os elementos verbais e não verbais constitutivos da mensagem. A organização, disposição, desses elementos, acontece de modo a se conseguir o efeito comunicativo desejado. O anúncio da marca AXE, que apresenta, praticamente, só linguagem não verbal, para inter-relacionar os elementos responsáveis pelo conteúdo persuasivo-argumentativo, é um bom exemplo do que destaca Kress (1989).

A marca AXE, para apresentar e divulgar seu desodorante masculino, traz à tona elementos do universo escolar (contexto sociocultural), utilizando-se de um lápis que está cercado por apontadores. Podemos observar que o efeito AXE caracteriza-se como uma força persuasiva por atrair outros elementos que estão ao seu redor. AXE é um desodorante masculino; o lápis representa a figura masculina, o homem, e os apontadores representam a figura feminina, as mulheres, que ficam a sua volta. Na nossa

sociedade ainda machista, é assim que a mulher é representada: à margem do homem que é o centro.

Assim, o lápis que se mostra no eixo central do anúncio personifica “o homem poderoso e viril”, que, ao usar AXE, apresenta tamanho magnetismo capaz de conquistar todas as mulheres a sua volta, imagem do homem imponente, que ocupa posição de destaque, por isso, o lápis encontra-se no centro do anúncio, que, como afirmam Kress e Van Leuween (2006<sup>16</sup>), o centro representa o núcleo da informação em um gênero, enquanto os apontadores estão à margem, subordinados a ele.

Outro traço que distingue essa das demais teorias refere-se ao fato de o autor admitir que a construção dos sentidos se dá em dois níveis simultaneamente: a) no plano do contexto mais imediato; b) no plano do contexto amplo de determinada cultura. No primeiro, desenvolvem-se os eventos característicos, próprios das instituições, como os mencionados anteriormente (reuniões departamentais, reuniões de negócios etc.). No segundo, ficam os significados sociais presentes nos discursos que completam a determinada cultura, em um momento histórico. Esses significados referem ao que se quer dizer, a quem se pode dizer e para quem. Esses elementos atendem às condições características da cultura onde se inserem.

Diante do exposto, reforçamos que, na teoria DS, a concepção de gênero ganha novos contornos, com isso, nova forma e função, uma vez que orienta os coenunciadores a olharem para toda e qualquer manifestação sígnica da linguagem que compõe os sentidos dos textos nos diversos e diferentes gêneros. Desse modo, podemos dizer que gênero, nessa abordagem, é caracterizado, definido, pelos usos, manifestações, das diferentes linguagens verbal e não verbal na construção das mensagens.

Essa questão é importante e urgente, hoje, nos eventos escolares. Os materiais didáticos, em particular, os manuais, são repletos de gêneros e textos multimodais, no entanto, os usuários (professores, alunos) não têm atentado para a sua importância na construção do conhecimento.

## Análise crítica do discurso de Fairclough

A análise crítica do discurso (ACD) é uma teoria e, ao mesmo tempo, uma metodologia de análise, que tem foco no discurso, mas que não se furta ao escopo do texto, em consequência, do gênero. Os discursos definem-se e expressam-se nos gêneros. Por exemplo, a análise do discurso que se faz no artigo de opinião não é a mesma que se faz no artigo científico. E assim ocorre com os demais gêneros sob análise. Como lembra Meurer (2005, p. 87), “discurso é linguagem em uso, ou simplesmente o próprio evento discursivo”. Ainda conforme o autor, “o discurso tem *efeitos constitutivos* porque, por meio dele, os indivíduos constroem ou criam realidades sociais” (Meurer, 2005, p. 89, grifos nosso).

Quanto ao caráter metodológico, reforçamos, ancoradas nas palavras de Fairclough, que, embora essa vertente teórica defenda a supremacia da teoria, admite-se o caráter metodológico dessa abordagem.

Não é difícil pensar em *método* como uma espécie de habilidade transferível se considerarmos a definição do termo como uma técnica, uma ferramenta numa caixa, da qual se pode lançar mão quando necessário e depois devolvê-la. A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma

<sup>16</sup> A primeira edição da obra dos autores data de 1996. A obra consultada é a de 2006, segunda edição.

maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) [...]. (Fairclough, 2005, p. 1)

Alia-se a esse ponto de vista os inúmeros estudos que foram feitos à luz desse referencial teórico-metodológico. Um importante exemplo disso são as pesquisas de Magalhães (2005; Magalhães *et al.*, 2017), que, além de desenvolver suas próprias pesquisas, tem dado incontestável contribuição com as orientações de Mestrado e de Doutorado.

O objeto de estudo da ACD é o texto, contudo, ao fazer a análise crítica dos textos, a teoria e a metodologia extrapolam os seus limites (limites do texto), pois incluem questões sociais que referem maneiras de representar a realidade, manifestações de identidades e relações de poder no mundo. Vejamos demonstrativo de seu objeto, como acabamos de destacar, em Resende (2008, p. 166).

(8)

Não tinha condições de incluir os meninos numa invasão. A gente tinha que trabalhar com os pais, organizar os pais no trabalho porque a gente também viu na atividade que o governo derrubava toda vez essas pessoas, as casas que elas moravam, queimava o material que eles trabalhavam, aonde dava alimentação para as crianças e davam para eles se virarem.

O Quadro, a seguir, sintetiza a forma de organização discursiva do texto em análise à luz da ACD.

**Quadro 5.4 – Relação organização da cooperativa/subsistência das famílias**

efeito ^ causa [REALCE (causa)]		
EFEITO	CAUSA	TIPO DE RELAÇÃO
Necessidade de organizar os/as adultos/as no trabalho	Manutenção da subsistência das famílias (incluídas as crianças)	Explícita

Fonte: Resende (2008, p. 166).

Como podemos constatar, a análise das relações de causa e efeito em Resende (2008) apoia-se no texto (fala) do(a) entrevistado(a), cujas ideias dão sustentação às teses da autora, que lhe dão respaldo para as constatações ao ancorar-se nas passagens, expressões discursivas do texto. Ou seja, embora a autora analise sob sua ótica o discurso que percebe, é o texto que autoriza sua análise e, consequentemente, sua opinião.

Neste artigo, nos apoiamos, particularmente, em Norman Fairclough para a discussão da teoria, que ora tecemos, com o fim de observar se há ou não referência explícita às concepções de gênero.

Em ACD, visualizamos com relativa clareza a concepção de gênero que a teoria adota, como a que Fairclough (2001, p. 161) explicita:

[gênero como] um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente realiza, um tipo de atividade socialmente aprovado, como a conversa informal, a compra de produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico.

Referências a conversa informal, compra de produto, entrevista de emprego, documentário de TV, poema, artigo científico, nos permitem afirmar que a ACD conflui com a nossa concepção, ou seja, com a concepção de gênero ancorada na Linguística Textual (LT). No entanto, embora apresente elementos claros para a concepção de gênero, ainda carece de atenção, pois, ao falar em convenções estáveis, por exemplo, abre espaço para questionamento. De qualquer forma, aponta para aspectos importantes que devem ser considerados nos gêneros, como a questão discursivo-social.

Disso, depreendemos que a ACD vê os gêneros como eventos sociodiscursivos, sem os quais a linguagem não acontece em sua forma mais legítima de uso: a comunicação. O gênero ocorre, portanto, em determinados contextos com envolvimento de vários fatores, como, contexto de produção e de uso, agentes que produzem e usam (leem). Por isso, é preocupação de Fairclough (1992) propor uma teoria que ultrapasse os limites dos textos em si mesmos e que dê conta de sua interação com as estruturas sociais. Assim como nas abordagens anteriores, sugerimos inserir os valores culturais. Não entendemos estudos de gêneros dissociados dos valores sociais e culturais.

A ACD de Fairclough integra, além das elaborações sobre gêneros, elaborações sobre a linguagem em geral. Com isso, visa à aplicação dessa teoria à análise de gêneros, já que os princípios da ACD, inicialmente, não se voltam para a análise de gêneros nos moldes das teorias que se dedicam a essa tarefa.

## Conclusão

Nosso objetivo neste artigo consistia, inicialmente, em avaliar as concepções de gênero presentes ou subjacentes às abordagens sociosemióticas, tais como: a) Estrutura Potencial Genérica; b) Teleológica; c) Linguística Crítica; d) Discursivo-Semiótica; e) Análise Crítica do Discurso de Fairclough. No entanto, acabamos por nos estender e discutimos, mesmo que brevemente, os fundamentos basilares dessas abordagens. Essa decisão tornou-se necessária, pois, desse modo, foi possível compreender, não só as concepções de gênero defendidas (acatadas) por essas teorias, mas compreender, também, suas bases de sustentação.

Essa “passagem” pelas bases epistemológicas permitiu-nos compreender, dentre outros aspectos, que, embora não completamente aceitáveis, certas concepções, como demonstramos nas seções de discussão, não se fazem ou se tornam incoerentes ou ineficientes. Pudemos notar que cada abordagem teórica vê o gênero de forma útil para o seu trabalho com a língua/linguagem, como pudemos exemplificar com a postura da ACD, que não vê o gênero em si mesmo, mas como base para a análise crítica do discurso que nele habita.

Isso, contudo, não resolve satisfatoriamente nossa inquietação investigativa que atinge aos coenunciadores, usuários dos gêneros: como lidar com tanta e tamanha diversidade teórico-metodoló-

gica em razão da diversidade e variedade de concepções de gênero? Mas, pode nos abrir espaço para apontar alguns eixos norteadores:

1. Os usuários profissionais [professores, pesquisadores] dos gêneros têm a liberdade de transitar nas diversas correntes teóricas e fazer suas escolhas em razão da natureza da sua intenção: análise linguística ou focada no ensino.
2. Se de análise linguística, é possível optar por teoria ou teorias que sustentem sua própria concepção, como já acontece com frequência e com bastante sucesso.
3. Se focada no ensino, o professor (pesquisador) não pode perder de vista o norte: a linguagem em uso. Isso serve também para os gêneros em uso. Nesse caso, eles se definem e se caracterizam de forma a atender às particularidades dos contextos social e cultural que escolhem, selecionam, e o linguístico.
4. Com isso, os gêneros têm seu *status* genérico preservado no meio sociocultural e linguístico.

Se atendidas e observadas as condições de uso, os estudantes, possivelmente, poderão compreender o papel dos gêneros discursivos em sua vida escolar, acadêmica e social. Mais que isso: poderão compreender que as formas de comunicação e expressão da linguagem não são aleatórias, mas guiadas por princípios e fundamentos basilares, como estrutura, forma e função. Assim como não falamos cada um uma língua, também não usamos, cada um, um gênero diferente para a mesma situação de comunicação. Por exemplo: na universidade, todos os alunos usam o mesmo formulário de matrícula para efetuar a sua. O gênero não muda, mas mudam as informações pessoais, as escolhas das disciplinas, que atendem às necessidades, às especificidades dos cursos e dos alunos que os frequentam.

Como professora, compreendo que a vasta variedade epistemológica que envolve os gêneros discursivos complica e, até, compromete a relação dos especialistas e usuários dos gêneros. Contudo, compreendo também a dificuldade na padronização dos conceitos e dos pontos de vista. Assim como a medicina fica, a cada dia, mais específica em suas áreas, a linguística também busca formas de se aprofundar e de especificar os fenômenos linguísticos com os quais lidamos no nosso dia a dia.

## Referências

- AXE. 2013. *O efeito Axe*. Disponível em: [https://quasepublicitarios.files.wordpress.com/2010/08/anuncio\\_axe04.jpg](https://quasepublicitarios.files.wordpress.com/2010/08/anuncio_axe04.jpg). Acesso em: 27/05/2019.
- BAKHTIN, M.M. 1981. *The dialogic imagination: for essay*. Austin, University Press, p. 434.
- BAKHTIN, M.M. 1992. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, HUCITEC, p. 196.
- BAKHTIN, M.M. 2011. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, p. 476.
- BERNSTEIN, B. 1990. *Class, cod and control 4: the structuring of pedagogic discourse*. London, Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203011263>
- FAIRCLOUGH, N. 1992. *Discourse and social change*. Cambridge, Polity Press, p. 90.

- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora da UNB, p. 316.
- FAIRCLOUGH, N. 2005. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: R. WODAK; P.A. CHILTON (org.), *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology, and interdisciplinary*. Amsterdam, John Benjamins, p. 53-70.
- FOWLER, R. et al. 1979. *Language and control*. London, Routledge e Kegan Paul, p. 224.  
<https://doi.org/10.1075/dapsac.13.06fai>
- HALLIDAY, M.A.K. 1978. *A linguagem como semiótica social: a interpretação social da linguagem e do significado*. Londres, Edward Arnold.
- HALLIDAY, M.A.K. 2004. *Introduction to functional grammar*. 3ª ed., London, Arnold, p. 688.
- HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. 1989. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford, University Press, p. 71.
- HASAN, R. 1989. The structure of a text. In: M.A.K. HALLIDAY; R. HASAN. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford, University Press, p. 52-68.
- HASAN, R. 1996. What's going on: a dynamic view of context in language. In: C. CLORAN; D. BUTT; G. WILLIAMS (orgs.), *Ways of saying: ways of meaning*. Selected papers of Ruqaiya Hasan. [s.l.], [s.n], p. 37-50.
- HASAN, R. 1999. Society, language and the mind. The meta-dialogism of Brasil Bernstein's theory. In: F. CHRISTIE (org.), *Pedagogie and the shaping of consciousness: linguistic and social processes*. London, Continuum, p. 10-30.
- HAVAIANAS. 2019. *Amigo secreto Havaianas*. Disponível em: <https://lanapaiva.wordpress.com/2011/12/01/amigo-secreto-havaianas/>. Acesso em: 27/05/2019.
- IKEDA, S.N. 2005. A noção de gênero textual na linguística crítica de Roger Fowler. In: J.L. MUERER; A. BONINI; D. MOTTA-ROTH (orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, p. 46-64.
- ITAIPAVA. 2019a. *Cerveja Itaipava*. Disponível em: <https://www.facebook.com/itaipavacerveja/videos/1754735264562820/?t=0>. Acesso em: 27/05/2019.
- ITAIPAVA. 2019b. *O calor*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XdQUTPLYIXk> . Acesso em: 27/05/2019.
- KRESS, G.R. 1989. *Linguistic processes in sociocultural practice*. London, Oxford University Press, p. 101.
- KRESS, G.R.; VAN LEEUWEN, T. 2006. *Reading images: the grammar of visual design*. 2ª ed., London, Routledge, p. 321.
- LOPES, A.K.C. 2013. *Natureza multimodal de uma constelação de gêneros cartas*. Fortaleza, CE. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, p. 262.

MAGALHÃES, I. 2005. Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA* [online]. **219(esp.):**1-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.R.; RESENDE, V.M. 2017. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 260 p.

MARTIN, J.R. 1985. *Factual writing: exploring and challenging social reality*. Geelong, Deakim University Press, p, 305.

MARTIN, J.R. 1992. *English text: systems and structure*. Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p. 605.

MEURER, J.L. 2005. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: J.L. MEURER; A. BONINI; D. MOTTA-ROTH (orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, p. 81-106.

MOREIRA, E.O.; SANTOS, M.M.B.C. 2015. Injunção, uma forma de interação por excelência, no anúncio publicitário. In: M.M.F. SOUSA; A.P.B. LEAL; M.E. SOARES; L.M. IRINEU (orgs.), *Gêneros discursivos: para ler, ver e ouvir*. Curitiba, CRV, 246 p.

MOTTA-ROTH, D.; HERBELE, V.M. 2005. Conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: J.L. MEURER; A. BONINI; D. MOTTA-ROTH (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, p. 12-28.

SOUSA, M.M.F. 2018. *A estrutura esquemática dos gêneros discursivos anúncios publicitários: fases I e II*. Fortaleza, CE. Projeto de Iniciação Científica. Universidade Federal do Ceará – UFC.

RESENDE, V.M. 2008. *Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, p. 332.

VIAN JR., O.; LIMA-LOPES, R.E. 2005. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: J.L. MEURER; A. BONINI; D. MOTTA-ROTH (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, p. 29-45.

*Submetido: 23/08/2019*

*Aceito: 14/11/2019*